

INCLUSÃO ESCOLAR: O PERFIL DO PROFESSOR

Maria Izabel Cardoso Ferreira¹

Érica Stoupa Martins²

Janine Lopes Carvalho³

janinelcarvalho@gmail.com

ÁREA DE CONHECIMENTO: Ciências Humanas

RESUMO

Este estudo teve como objetivo conhecer as condições de trabalho que o professor de educação física possui em suas aulas, para atender as necessidades do aluno com deficiência. A metodologia utilizada foi a pesquisa qualitativa, a coleta do material empírico foi feita através de um questionário. Existe um longo caminho para que a inclusão aconteça de fato nas aulas de Educação Física. São necessários investimentos para melhorar a acessibilidade e cursos de especialização para uma melhor preparação dos professores de Educação Física.

Palavras-chave: Educação Física; inclusão escolar; acessibilidade.

1 INTRODUÇÃO

A escola brasileira é marcada pelo fracasso e pela evasão de uma parte significativa dos seus alunos, que são marginalizados pelo insucesso, por privações constantes resultante da exclusão escolar e social, seja pelo fato de estarmos inseridos em um meio social que marca os indivíduos pelas suas diferenças ou simplesmente pela consequência danosa em não compreendermos as particularidades, os anseios, as opções e as dificuldades de cada indivíduo (MANTOAN, 2004).

O Estatuto da Pessoa com Deficiência prevê que a educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurado sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo

¹ Educador Físico, pós-graduado em Esportes e Atividades Físicas Inclusivas para Pessoas com Deficiência.

² Graduada em Serviço Social, Especialista em Gestão de Recursos Humanos e Mestre em Serviço Social. Professora da Faculdade Vértice – Univértix – Matipó/MG.

³ Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Integrante do Núcleo de Pesquisa em Inclusão, Movimento e Ensino a Distância - NGIME/UFJF, coordenado pela professora Dr^a Eliana Lúcia Ferreira. Mestre em Psicologia, Graduada em Psicologia. Professora e Coordenadora do Curso de Psicologia da Faculdade Vértice – UNIVÉRTIX – Matipó.

desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem. É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação (BRASIL, 2015).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional preconiza que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos: currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades. Além disto elucida que a Educação Física tem valor igual ao dos demais componentes curriculares, abandonando o entendimento de ser mera atividade destituída de intencionalidade educativa, passando a ser considerada como área do conhecimento (BRASIL, 1996).

A educação física na escola traz um grande desafio: a inclusão do aluno deficiente nas aulas. De modo geral, deparamos em nossas escolas com as mais diferentes dificuldades para o desenvolvimento de ações inclusivas efetivas: falta de materiais, recursos e equipamentos adaptados aos alunos com deficiência; o número elevado de alunos nas classes comuns; a falta de formação adequada de professores frente à diversidade dos alunos, entre outras. De que forma o professor pode atuar no intuito de promover a inclusão diante dos desafios enfrentados todos os dias? Foi vivenciando estes desafios que surgiu o interesse em conhecer a realidade de outras escolas e professores de Educação Física da cidade de Carangola- MG.

A presente pesquisa teve como objetivo geral conhecer as condições de trabalho que o professor de educação física possui para atender às necessidades do aluno com deficiência em suas aulas.

E como objetivos específicos: conhecer o perfil do professor através de sua formação abordando aspectos da sua atuação; verificar as condições de acessibilidade no ambiente escolar; verificar as condições de inclusão nas práticas da Educação Física em quatro escolas estaduais do município de Carangola – MG.

Com este estudo pretendemos promover uma reflexão sobre como vem se desenvolvendo a inclusão do aluno deficiente nas aulas de educação física em turma do ensino regular das escolas públicas da cidade de Carangola MG.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O processo de inclusão marca o ideário, principalmente dos países de primeiro mundo, com o chamado “Movimento pela Inclusão Total”. Essa ideia surgiu na década de 1960, buscando inserir pessoas com deficiências nos sistemas sociais, baseada no “modelo médico de deficiência”. Neste período surgiram movimentos, com o intuito de reivindicar o direito de acesso a pessoas com necessidades especiais aos bens e serviços disponíveis para os demais segmentos sociais (MANTOAN, 2006).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Lei nº. 9394/96) estabeleceu, entre outros princípios, a "igualdade de condições para o acesso e permanência na escola" e recomendou que a educação para "educando com necessidades especiais" ocorra, preferencialmente, na rede regular de ensino.

No que se refere à Inclusão, a Lei nº13.146/2015, em seu Art. 1º institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. Já no Art. 3º trata da questão da acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação (BRASIL, 2015).

Sassaki (2009) fala sobre “Inclusão” como sendo um processo pelo qual os sistemas sociais comuns são tornados adequados para toda a diversidade humana - composta por etnia, raça, língua, nacionalidade, gênero, orientação sexual, deficiência e outros atributos - com a participação das próprias pessoas na formulação e execução dessas adequações. Para Pereira (2009,) as pessoas com deficiência conquistaram espaços antes inexistentes na sociedade. Logo, o processo das conquistas é visível.

A educação física escolar (EFE) já teve várias vertentes, recebeu influência da área médica com ênfase nos discursos pautados para a higiene e a saúde, nos interesses militares e nos esportes, porém, a que mais perdurou é a esportiva, a ponto de se fazer confundir prática esportiva com a Educação Física Escolar. Porém o papel da EFE ultrapassa o ensinar esporte, ginástica, dança, jogos, atividades rítmicas e expressivas, se tornando na verdade, o passar dos conhecimentos sobre o próprio corpo (DARIDO e SOUZA JUNIOR, 2010).

Vieira (2014) revela que historicamente, a Educação Física sempre esteve ligada ao conceito do homem perfeito. Com suas práticas originárias nas

necessidades básicas da espécie, de caçar, lutar, dançar, fugir e sobreviver. O culto ao corpo perfeito perpetuando durante séculos não permitia acesso às práticas de atividades físicas por aqueles que apresentassem estereótipos, tais como: gordinhos, desengonçados, pessoas que apresentassem qualquer tipo de anormalidade física ou psíquica.

A educação física passou a ser obrigatória nas escolas públicas nas décadas de 1930 e 1950, nesse período as aulas eram corretivas atendendo apenas aqueles alunos ditos anormais pelo senso comum. A indicação a aula se baseava em um exame completo realizado por um médico, este decidia se o aluno deveria participar do programa normal ou do corretivo, as aulas corretivas consistiam em atividades limitadas, restritas, relacionadas a problemas de saúde, postura ou aptidão física. Foi somente após a Declaração de Salamanca, que a inclusão dos portadores de necessidades especiais na sociedade se torna prioridade e esse público passa a ganhar espaço e são integrados ao mundo social, escolar (STRAPASSON e CARNIEL, 2007).

Lima (2014) elucida que a gênese do esporte adaptado está diretamente ligada à sua utilização na reabilitação física dos indivíduos com deficiência. Seu início se deu no final do séc. XIX e desde então vem reunindo pessoas que apresentam a mesma deficiência em várias modalidades esportivas.

O Esporte adaptado vive hoje um momento muito rico de aceitação social. A prática da atividade esportiva por pessoas com deficiência, pode melhorar a qualidade de vida, além de oportunizar a inclusão social do indivíduo, respeitando sempre sua individualidade (VIEIRA, 2014).

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais, o processo de ensino e aprendizagem em Educação Física Escolar, não se restringe ao simples exercício de certas habilidades, mas sim de capacitar o indivíduo a refletir sobre as suas possibilidades corporais, e com autonomia, exercê-las de maneira social e culturalmente significativa e adequada (BRASIL, 2001). Paralelamente, a Lei nº13.146/2015 trata do acesso da pessoa com deficiência, em igualdade de condições, a jogos e a atividades recreativas, esportivas e de lazer, no sistema escolar (BRASIL, 2015).

Os benefícios da atividade física e de aptidão física, bem como as descobertas de novos métodos tem se tornado um dos mais populares tópicos no círculo da mídia, via propagandas em jornais, rádio, revistas e jornais especializados

de todo mundo. Mesmo com toda a publicidade, a mensagem parece ser apreendida somente por uma pequena porcentagem da população. Apesar de toda ênfase sobre atividade física e saúde nessas últimas décadas, informações sobre regras de exercícios para pessoas com deficiência em geral e aquelas com grau mais severo em particular são escassas (CAMPEÃO, 2014).

Para que as aulas de educação física realmente alcancem o objetivo da inclusão, é preciso que sua estrutura seja modificada, que atividades diferenciadas sejam criadas para assim incluir o aluno portador de necessidades especiais e ao mesmo tempo incluir o aluno dito “normal”. Marques, Silva e Silva (2008) afirmam que “quanto mais os alunos aprenderem variações de jogos ou novos jogos, terão a possibilidade de ampliar o entendimento de regras”.

3 METODOLOGIA

O presente estudo consiste em uma pesquisa de natureza qualitativa. Segundo Minayo (2008) o método qualitativo é o que se aplica ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos, sentem e pensam.

O estudo foi realizado no município de Carangola que conta com 8 escolas Estaduais urbanas, foram escolhidas 4 escolas aleatoriamente.

Os dados referentes às escolas são baseados no Censo 2017 as escolas analisadas são Escola Estadual B. V. atende 245 (duzentos e quarenta e cinco) estudantes, divididos em dois turnos: matutino e vespertino, sendo todas as turmas do Ensino Fundamental - Anos iniciais. Na escola há 8 salas de aula, uma sala da diretoria, uma sala de professores, laboratório de informática, sala de recursos multifuncionais para Atendimento Educacional Especializado (AEE), banheiro adequado à alunos com deficiência ou mobilidade reduzida, cozinha, biblioteca, refeitório, despensa, sala da secretaria e pátio descoberto.

Escola Estadual M. V. atende 414 (quatrocentos e quatorze) estudantes, divididos em dois turnos: matutino e vespertino, sendo todas as turmas do Ensino Fundamental- Anos iniciais. Na escola há 10 salas de aula, uma sala de diretoria, uma sala de professores, laboratório de informática, sala de recursos multifuncionais

para Atendimento Educacional Especializado (AEE), cozinha, biblioteca, banheiro adequado à alunos com deficiência ou mobilidade reduzida, sala da secretaria, refeitório, despensa, pátio descoberto,

Escola Estadual J.F.C atende 418 (quatrocentos e dezoito) estudantes, divididos em três turnos: matutino, vespertino e noturno, sendo turmas do Ensino Fundamental- Anos iniciais e anos finais; Educação de Jovens e Adultos. Na escola há 10 salas de aula, uma sala de diretoria, uma sala de professores, laboratório de informática, sala de recursos multifuncionais para Atendimento Educacional Especializado (AEE), cozinha, biblioteca, banheiro adequado à alunos com deficiência ou mobilidade reduzida, sala da secretaria, refeitório, despensa, almoxarifado, pátio descoberto, quadra de esportes descoberta.

Escola Estadual E. E. M. atende 1298 (mil duzentos e noventa e oito) estudantes, divididos em três turnos: matutino e vespertino e noturno, sendo turmas do Ensino Fundamental anos finais; Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos. Na escola há 26 salas de aula, uma sala de diretoria, uma sala de professores, laboratório de informática, laboratório de ciências, sala de recursos multifuncionais para Atendimento Educacional Especializado (AEE), cozinha, biblioteca, sala de leitura, banheiro adequado à alunos com deficiência ou mobilidade reduzida, sala da secretaria, refeitório, despensa, almoxarifado, auditório, pátio coberto, pátio descoberto, quadra de esportes coberta, quadra de esportes descoberta, área verde.

Os sujeitos deste estudo foram 4 professores de Educação Física de ambos os sexos, atuantes em 4 escolas urbanas distintas da rede estadual de ensino do município de Carangola –Minas Gerais. Sendo que as 4 escolas citadas contam com 10 professores no total, os questionários foram entregues a 6 professores, porem só 4 se disponibilizaram a colaborar com a pesquisa.

Foi usado como instrumento de coleta de dados um questionário, este foi elaborado pela própria pesquisadora. O questionário é um excelente instrumento de coleta de dados:

(...) constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito [...], as perguntas devem ser claras e objetivas, a linguagem utilizada [...] deve ter o vocabulário adequado ao nível de escolaridade dos informantes (OLIVEIRA, *et al*, 2015).

As questões foram elaboradas de forma que atingissem os objetivos da pesquisa. Formados em três etapas, a primeira etapa com o intuito de conhecer o

perfil dos professores no âmbito da formação inicial e tempo de experiência no exercício da docência. A segunda etapa questões que abordam as condições de trabalho e a terceira etapa aborda aspectos da atuação dos professores e a inclusão dos alunos deficientes.

Antes de responder o questionário foi explicado aos professores o objetivo do estudo e a importância da fidedignidade nas respostas. Assim, todos assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) após a devida leitura.

Os dados foram coletados no mês setembro e outubro de 2018.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os dados coletados permitiram a organização das categorias de análise que seguem: a) Formação do professor b) acessibilidade à escola e acessibilidade às aulas de educação física c) Atuação do professor

Os professores investigados nessa pesquisa foram chamados de Lucas, Carlos, Marta, Rute, representados por nomes fictícios para resguardar suas identidades. Em relação ao perfil dos entrevistados, pôde-se verificar que no que diz respeito à faixa etária, a maioria dos participantes da pesquisa tem entre 30 e 39 anos, o que corresponde a 75% dos entrevistados. Em relação a formação a 75% dos entrevistados possui Pós-graduação. Quanto ao tempo de atuação profissional 50% atuam entre 10 a 20 anos. Quanto ao número de escolas em que lecionam, a maioria atua em duas escolas o que corresponde a 75% dos entrevistados.

Com relação a acessibilidade no ambiente escolar e se existem adaptações necessárias para receber alunos com deficiência. Os participantes da pesquisa deram as seguintes respostas:

Sim (Professor Lucas).
Não (Professora Rute) e (Professora Marta)
Sim, Parcialmente (Professor Carlos).

Sasaki (2009) afirma que a acessibilidade é uma qualidade, uma facilidade que desejamos ver e ter em todos os contextos e aspectos da atividade humana. Se a acessibilidade for (ou tiver sido) projetada sob os princípios do desenho universal, ela beneficia todas as pessoas, tenham ou não qualquer tipo de deficiência.

Salvador (2015) afirma que para incluir um aluno com deficiência na rede regular de ensino, não basta apenas a vontade dos professores, mas sim de todo

um conjunto, pois, precisa acontecer mudanças na escola em todos os aspectos, desde a direção até o espaço físico.

Outra questão abordada foi quanto ao local das aulas de Educação Física e o trajeto para se chegar aos espaços utilizados para as aulas. Foi perguntado se eram adequadas ou não, as respostas foram as seguintes: Lucas e Carlos disseram que sim e Rute e Marta disseram que não.

Sasaki (2009) aponta que “todo ser humano tem direito à liberdade de locomoção”, essa está inserida na Declaração Universal dos Direitos Humanos, da Organização das Nações Unidas (ONU, 1948), o que levou ao combate às barreiras arquitetônicas nos últimos 50 anos do século 20 e nos anos iniciais do terceiro milênio.

Em uma pesquisa realizada por Salvador (2015) foi verificado que os professores apontam como principais dificuldades em incluir o aluno deficiente nas aulas, o espaço físico inadequado, na qual não é acessível para todos. Vieira (2014) aponta que nem todas as escolas estão preparadas para receber o aluno com necessidades especiais, os argumentos são: a formação inadequada dos professores, a ausência de recursos e a falta de mudanças estruturais nas escolas.

Em seguida foram abordados aspectos da atuação dos professores e a inclusão dos alunos deficientes. Quando perguntados sobre se sente preparado para lidar com alunos deficientes: Lucas disse que sim. Rute, Carlos e Marta disseram que não.

O Decreto nº 3.298 de 20/12/99, que regulamenta a Lei nº 7.853 de 24/10/1999, em seu artigo 27, parágrafo 2º, determina que o Ministério da Educação, no âmbito da sua competência, expedirá instruções para que os programas de educação superior incluam nos seus currículos conteúdos, itens ou disciplinas relacionados à pessoa com deficiência (BRASIL, 1999).

Apesar de os dispositivos legais assegurarem a preparação do professor para lidar com o aluno deficiente, podemos observar diante das respostas que somente isto não é o suficiente, os professores na sua maioria não se sentem preparados.

Em estudo realizado com professores no município de Patos do Paraíba em duas escolas municipais, é possível perceber que muitos professores se sentem inseguros e despreparados para lidar com alunos com deficiência, onde 33,33% dos entrevistados sabe definição concreta de inclusão, enquanto a grande maioria, 66,66% conhece pouco sobre o tema. Dessa forma, a grande maioria dos

entrevistados afirmou estar despreparada para lidar com esse tipo de aluno (CAVALCANTE, *et al*, 2016).

Na pergunta seguinte foram questionados se conseguem ministrar uma aula de educação física em que ocorra a participação de alunos com e sem deficiência. As respostas foram as seguintes:

Sim (Professor Lucas).

Consigo ministrar aula com alguns alunos. Alguns alunos muito comprometidos não conseguem participar (Professora Rute).

Sim, com deficientes auditivos (Professor Carlos).

Sim. Depende das limitações do aluno deficiente (Professora Marta).

Campeão (2014) aponta que é investindo no humano, respeitando as diferenças, compreendendo as necessidades específicas, que estaremos propiciando condições para o desenvolvimento pessoal e para a prática da autonomia.

Salvador (2015) aponta que o professor ao realizar alguma atividade com seus alunos, precisa levar em conta que cada um tem um jeito diferente de aprender, com isso, deve conhecer as potencialidades e limitações de cada aluno, principalmente dos deficientes. Assim, o professor precisa observar os alunos, verificar suas necessidades e dificuldades, avaliando assim seu processo de aprendizagem, tendo em mente o que precisa fazer para que seu aluno aprenda.

Quando questionado aos professores como é a relação professores x alunos e alunos deficientes e alunos não deficientes. Obtivemos as seguintes repostas:

A relação professores x alunos é muito boa, e a de alunos deficientes e alunos não deficientes no total é boa também. Existe alguma divergência do aluno não deficiente para o aluno deficiente, mas é pouco (Professor Lucas).

Boa relação com respeito e ajuda (Professora Rute).

Minhas aulas tem um clima de ajuda e cooperação (Professor Carlos).

Bom relacionamento (Professora Marta).

Todos os professores responderam positivamente quanto à relação entre professores e alunos deficientes, sendo uma relação de respeito e ajuda, entre os alunos também existe um bom relacionamento. Este resultado é importante no processo de construção do conhecimento, como afirma Silva e Aranha (2005) que correntes teóricas presentes na literatura científica têm demonstrado a importância das relações interpessoais para o processo de construção do conhecimento. É no contexto da interação professor e aluno que se configura a relação entre as

necessidades educacionais dos alunos e as respostas pedagógicas a elas disponibilizadas.

Na próxima pergunta questiono aos professores se a escola em que trabalham, desenvolve projetos como: como oficinas, eventos, jogos e passeios, oportunizando a participação do aluno deficiente em igualdade de condições com os demais alunos.

Sim (Professores Lucas, Carlos e Marta).

Sim, o professor de apoio realiza projetos com os alunos (Professora Rute)

As respostas dos entrevistados apontam que as escolas estão preocupadas em desenvolver projetos para oportunizar a participação do aluno deficiente. Vieira (2014) aponta que a falta de material didático que atenda as reais perspectivas do segmento, principalmente na área da Educação Física, tem sido um problema enfrentado pelos profissionais.

A falta de materiais e de espaço adequado para a aplicação e elaboração das aulas de educação física tem sido, dessa forma, uma das grandes dificuldades enfrentadas pelos profissionais, sendo necessário para que consiga trabalhar buscar outras maneiras de lecionar e desenvolver as atividades (RAMOS, *et al*, 2017).

Na última questão os professores foram questionados de que forma o professor pode atuar no intuito de promover a inclusão?

Promovendo atividades que todos os alunos possam participar (Professor Lucas).

Eles são incluídos em todas as atividades, porém alguns conseguem outros não conseguem (Professora Rute). Buscando capacitação e colocando em prática os novos conhecimentos (Professor Carlos).

Aplicando jogos e brincadeiras cooperativas e cobrando o respeito às diferenças (Professora Marta).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional preconiza que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades (BRASIL, 1996).

Salvador (2015) incluir um aluno deficiente na rede regular de ensino é uma tarefa que muitas vezes se torna desafio, pois os professores não podem separar os alunos deficientes dos ditos “normais”, e sim devem incluir nas mesmas atividades, porém deve adaptar as atividades de acordo com as capacidades e limitações de cada deficiente.

Campeão (2014) afirma que embora o professor seja responsável pela criação de um ambiente inclusivo, onde devem ser supridas as necessidades de todos os alunos, é importante que os alunos com deficiências aprendam a defender seus interesses, oferecendo sugestões, sendo respeitados como agentes autônomos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se observar que apesar de os dispositivos legais assegurarem que o aluno deficiente tenha acesso à escola regular, algumas delas ainda não estão preparadas para receber esse aluno, por falta de acessibilidade, materiais e até mesmo capacitação. Os professores buscam meios para que a inclusão aconteça realmente em suas aulas, mas esta inclusão é dificultada por espaços inadequados e a falta de preparo/capacitação profissional. É necessário ficarem atentos às necessidades dos alunos, na tentativa de buscarem condições favoráveis à participação dos mesmos nas aulas de Educação Física.

Diante das respostas observamos que os professores buscam se capacitarem, promoverem atividades diversas para a participação de todos os seus alunos. Porém existe um longo caminho para que a inclusão aconteça de fato nas aulas de Educação Física.

Consideramos necessários investimentos para melhorar a acessibilidade e cursos de especialização para uma melhor preparação dos professores de Educação Física. Porém, mesmo com muitas dificuldades os professores trabalham desejando tornar suas aulas inclusivas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (estatuto da pessoa com deficiência). Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>. Acesso em: 15 fev 2019.

_____. **Decreto nº 3.298,** de 20 de dezembro de 1999 -. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3298.htm. Acesso em 10 fev 2019.

_____. LEI 9394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>. Acesso em 10 fev 2019.

CAMPEÃO, Marcia da Silva. Atividade física e promoção de saúde na deficiência. In: FERREIRA, Eliana Lucia (Org.). **Promoção de saúde e deficiência**. V.1. Juiz de Fora: NGIME/UFJF, 2014. p. 17- 29.

CAVALCANTE, L. M.; FEITOSA, L. C.; COSTA, G. J. A.; BENÍCIO, D. A. Inclusão social e as dificuldades enfrentadas por professores em salas de aula de ensino regular. **II Congresso Internacional de Educação Inclusiva**. 2016.

DARIDO, Suraya Cristina; SOUZA JÚNIOR, Osmar Moreira de. **Para ensinar educação física: possibilidades de intervenção na escola**. Campinas: Papyrus, 2010.

LIMA, Solange Rodvalho. Introdução ao esporte adaptado: História, evolução e atualidades. In: FERREIRA, Eliana Lucia (Org.). **Promoção de saúde e deficiência** v.1. Juiz de Fora: NGIME/UFJF, 2014. p. 31 - 71.

MANTOAN, Maria Teresa Égler. A hora da virada. **Revista de Educação Especial**. nº 1. Brasília: Secretaria de Educação Especial, out 2006.

MANTOAN, Maria Teresa Edglér. O direito de ser, sendo diferente, na escola. **Revista CEJ**. Brasília, n.26, p. 36-44, jul./set. 2004.

MARQUES, K.G.; SILVA, R. V. e SILVA, R. F. **Atividades inclusivas na educação física escolar**. 2008. Disponível em: <<http://www.efdesportes.com>> Acesso em 10 abr 2017.

MINAYO, Maria Cecília. **O desafio do conhecimento**. 11 ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

RAMOS, T. O. M. et al. **Dificuldades enfrentadas pelos professores de educação física nas escolas**. 2017. Disponível em: <<http://www.gestaouniversitaria.com.br/artigos/dificuldades-enfrentadas-pelos-professores-de-educacao-fisica-nas-escolas>>

SALVADOR, Beatriz Spricigo. **A inclusão escolar nas aulas de Educação Física: dificuldades dos professores**. 19. 2015. Disponível em <<http://www.efdeportes.com>> Acesso em: 04 fev 2019.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação (Reação)**, São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009, p. 10-16.

SILVA, Simone Cerqueira; ARANHA, Maria Salete Fábio. Relato de pesquisa interação entre professora e alunos, com proposta pedagógica de educação inclusiva. **Revista Brasileira de Educação Especial**. Marília, n.3 vol.11 Set./Dez. 2005.

STRAPASSON, A. M. e CARNIEL, F. **A educação física na educação especial.** 2007. Disponível em: <<http://www.efdesporte.com>> Acesso em 10 abr 2017.

VIEIRA, Ivaldo Brandão. **Esportes para pessoas com deficiência física.** In: FERREIRA, Eliana Lucia (Org.). **Promoção de saúde e deficiência** v.1. Juiz de Fora: NGIME/UFJF, 2014. p. 75-85.